


CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2^a. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, ADOTADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2012, QUE “DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO; AUTORIZA A UNIÃO A CONCEDER SUBVENÇÃO ECONÔMICA ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS FEDERAIS, SOB A FORMA DE EQUALIZAÇÃO DE TAXA DE JUROS NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO FDCO; ALTERA AS LEIS Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989, E Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001, QUE TRATAM DAS OPERAÇÕES COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE, DO NORDESTE E DO CENTRO-OESTE; CONSTITUI FONTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DO BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e doze minutos do dia sete de novembro de dois mil e doze, na Sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Pedro Chaves, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória 581, de 2012, com a presença das Senadoras Lúcia Vânia, Ana Amélia e Angela Portela; dos Senadores José Pimentel, Waldemir Moka, Tomás Correia, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Walter Pinheiro; da Deputada Marina Sant'anna; e dos Deputados José Linhares, Roberto Britto, Stepan Nercessian, Eliene Lima, Policarpo, João Dado, Jilmar Tatto, Bernardo Santana de Vasconcellos, Valtenir Pereira e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros, com ausência justificada da Deputada Flávia Morais. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e submete ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 1^a Reunião, que, por unanimidade, é dada como lida e aprovada. Faz uso da palavra o Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão Mista, que renuncia à Vice-Presidência e indica a Senadora Lúcia Vânia para o cargo. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Fazem uso da palavra a Senadora Lúcia Vânia; os Senadores Delcídio do Amaral, Relator da matéria, e Waldemir Moka; a Deputada Marina Santanna, Relatora Revisora da matéria, e os Deputados Valtenir Pereira, José Linhares, Roberto Britto. Encerrada a discussão, a Presidência submete a apreciação o Requerimento nº 1, de autoria da Deputada Marina Santanna. O requerimento é lido e aprovado por votação simbólica. O presidente faz registro da presença do Senhor Marcelo Dourado, Superintendente da Sudeco. O Senhor Marcelo Dourado faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Pedro Chaves, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado Pedro Chaves
Presidente



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre Medida Provisória nº 581, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e, ao mesmo tempo, a aprovação da mesma.

Se os Srs. Deputados e Senadores presentes concordarem, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Temos aqui à Mesa um requerimento da Deputada Marina Santanna, mas, antes, passo a palavra ao Senador Waldemir Moka, que tem algo importante a colocar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, fui indicado pela Liderança do meu Partido, Senador Renan Calheiros, como 1º Vice-Presidente desta Comissão Mista, mas, por uma questão de justiça, eu, que acompanhei ainda como Deputado Federal o trabalho que teve a Senadora Lúcia Vânia em toda essa questão da Sudeco, da criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, quero, neste momento, quero abdicar do cargo, da condição de 1ª Vice-Presidente, e, se a Comissão assim entender, no meu lugar, com a aquiescência do meu Líder, Senador Renan Calheiros, indicar esta extraordinária mulher do Estado de Goiás, para que seja a 1ª Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Uma vez que o Senador Waldemir Moka abdicou do cargo 1º Vice-Presidente desta Comissão, pergunto à Senadora Lúcia Vânia, que está aqui conosco, se V. Exª aceitaria essa indicação do Senador Waldemir Moka. Caso o faça, vamos colocá-la em votação aqui no plenário.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Senador Waldemir Moka. O gesto dele me sensibiliza. É algo raro no Parlamento, mas tenho uma dívida de gratidão por essa iniciativa e fico muito feliz se puder merecer dos meus pares o apoioamento para que vir a assumir a Vice-Presidência.

Antes da votação, gostaria, mais uma vez, de cumprimentar e agradecer aos Senadores Waldemir Moka e Renan Calheiros por essa deferência que eles fazem a mim, uma vez que o meu Partido não se fez representar em nenhuma comissão especial que estuda as medidas provisórias.

Mas isso não teria importância, se não fosse um tema de tamanha relevância para a Região Centro-Oeste, como este. Uma vez que, como Relatora da reabilitação da Sudeco, tive a oportunidade de estudar esse tema por dois anos, fazendo, junto ao Governo que aí está – aliás, junto ao governo do Presidente Lula – um trabalho no Ministério da Fazenda, com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Integração Nacional, no sentido de formatar um projeto que respondesse às necessidades da Região Centro-Oeste.

O Executivo tinha mandado um projeto semelhante à Sudam e Sudene, e entendíamos que a realidade da Região Centro-Oeste é muito mais complexa, uma vez que se trata de uma região que hoje praticamente assegura a nossa balança comercial e divisas importantes para o País. Então, precisaríamos ter um órgão à altura da responsabilidade que a Região Centro-Oeste tem hoje em relação ao País.

Portanto, agradeço, sensibilizada, esse gesto do Senador Renan Calheiros, especialmente do Senador Waldemir Moka, que, de livre vontade, se ofereceu para que eu pudesse ocupar esse posto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Bem, acompanhamos de perto todo o trabalho feito pela Senadora Lúcia Vânia, desde o inicio, quando da luta pela criação da Sudeco. Ela foi relatora dessa proposta aqui no Senado Federal. É uma pessoa do mais alto gabarito, que conhecemos e respeitamos o seu trabalho. Sabemos, Senadora Lúcia Vânia, que V. Exª vai somar muito a esta Comissão Especial.

Com o aceite da Senadora Lúcia Vânia, vamos submeter a indicação do seu nome a voto aqui no nosso plenário.

Os Srs. Senadores que aprovam a indicação da Senadora Lúcia Vânia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



07/11/2012

Aprovado.

Os Srs. Deputados que aprovam a indicação da Senadora Lúcia Vânia permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, declaro eleita, por aclamação, a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente desta Comissão Mista.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Sr. Presidente, posso fazer considerações a respeito da Senadora Lúcia Vânia?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Moka, Senadora Lúcia Vânia e demais presentes, de dizer que é muito importante a sua presença nesta Comissão. Pessoalmente, fico feliz. A representação do Estado de Goiás é do tamanho da sua responsabilidade nesta Comissão para fazer com que a Medida Provisória tenha o melhor texto para o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Então, da minha parte, e da parte, creio, dos colegas, seja bem-vinda! Será um prazer partilhar o seu trabalho, a sua experiência e, sem dúvida, os seus anos de luta para que o Centro-Oeste se desenvolva dentro as estruturas financeiras e também de organização, no caso específico da Sudeco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Chegou o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral.

Senador, nós tomamos a liberdade de iniciar a reunião sem a sua presença em função de a nossa Senadora Lúcia Vânia ser indicada para a Vice-Presidência da Comissão. É uma pessoa do mais alto gabarito, qualificada e que o senhor conhece muito bem. V. Ex^a sabe do apreço que nós todos temos por ela e justamente o quanto ela irá somar nesta Comissão Especial.

Dando prosseguimento à Ordem do Dia, há requerimento da Deputada Marina Santanna, que solicita a realização de audiências públicas nas três capitais – Goiânia, Cuiabá e Campo Grande. Mas o Regimento do Senado impede a realização de audiências públicas fora das dependências da Casa. Então, a Deputada Marina fará uma adequação ao seu requerimento.

(É o seguinte o requerimento apresentado:

REQUERIMENTO N^º 01, DE 2012

Requerer, ao eminente Deputado Pedro Chaves (PMDB – GO), Presidente da Comissão Mista para Apreciação da MP nº 581/2012, a realização de diligências e audiência pública para debater sobre o Financiamento do Desenvolvimento Regional e a Capitalização de Bancos Públicos.

Autoria: Deputada Marina Santanna.)

Passo a palavra para que S. Ex^a possa apresentar o seu pleito.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Sr. Presidente nós havíamos conversado no dia da escolha e da posse dos membros iniciais da Comissão e, nessa conversa informal, pensamos na importância e na necessidade de ouvir segmentos do setor produtivo em cada um dos Estados, das unidades da Federação que têm interesse direto no Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e em toda a aplicação de verbas que advirá. E ficamos de fazer, então, eventos para ouvir essas autoridades e também essas representações em Campo Grande, Cuiabá, Goiânia e aqui, no Distrito Federal. Então, se nós acharmos por bem, sugerimos, no caso específico do Distrito Federal, a realização de uma audiência pública, de acordo com o que nos foi orientado e que consta do Regimento; e, nos casos de Campo Grande, Cuiabá e Goiânia, seriam feitas diligências ao tempo em que houver decisão por parte desta Comissão, caso seja aceito.

Sugerimos logo algumas das autoridades que consideramos importante ouvir, como conferencistas: o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra; o Presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine; o Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda; o Sr. Marcelo Contreiras de Almeida Dourado, Superintendente da Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; e outras autoridades que possam ser aqui mencionadas, consideradas apropriadas para cada Estado, para cada localização das diligências ou da audiência aqui em Brasília.



Essa é a sugestão do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Passo a palavra ao Relator, Senador Delcídio, para que ele faça sua manifestação sobre essa solicitação feita pela Deputada Marina Santanna.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (PT – MS) – Primeiro, cumprimento o Presidente, Deputado Pedro Chaves, a Deputada Marina Santanna, nossa querida Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidenta – como V. Ex^a julgar, Presidente ou Presidenta. É uma honra para mim, que trabalho com a Senadora Lúcia Vânia, sendo comandado por ela na Comissão de Infraestrutura. Para nós, é um grande valor que nós agregamos, ainda mais em uma posição importantíssima na condução deste trabalho.

Não posso deixar de registrar aqui, Deputado Pedro Chaves, meu Presidente, o trabalho que a Senadora Lúcia Vânia fez inclusive na construção desse Fundo e nas várias audiências públicas que realizamos com os Ministros aqui, no Senado Federal. Ela teve atuação protagonista nesse debate que é fundamental, especialmente para os Estados da Região Centro-Oeste. Eu não poderia deixar de destacar, de registrar o trabalho da Senadora Lúcia Vânia não só pelo Estado de Goiás, mas por toda a Região Centro-Oeste.

Eu queria também pedir desculpas, Presidente, porque essa sistemática, Senador Pimentel, de medidas provisórias... Hoje, por exemplo, há a reunião da MP nº 579 acontecendo paralelamente, que é a do novo modelo do setor elétrico; nós estávamos na CAE aprovando empréstimos para Minas Gerais, para o Tocantins e para o Rio de Janeiro. É evidente que a bicicleta está andando, que não dá para parar, mas está ficando muito difícil de administrar o dia a dia no Senado com as Comissões Mistas. Peço desculpas, porque estava presidindo a CAE, aprovando os empréstimos. O Senador Dornelles assumiu a Presidência lá, para nós também limparmos a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Queria registrar a iniciativa da Deputada Marina Santanna, com os ajustes que foram feitos das diligências e não das audiências públicas.

Eu tive oportunidade, quando fui Relator do Orçamento Geral da União, de participar de audiências públicas no Brasil inteiro, nas Assembleias Legislativas, para ouvir cada Estado, as preocupações, até para procurar aproximar o Orçamento Geral da União daqueles Estados diretamente impactados pela peça orçamentária, que nós analisamos todos os anos, aprovamos e votamos.

Portanto, acho que, tirando essa filigrana de caráter regimental que a Deputada Marina Santanna fez com muita competência, é extremamente louvável essa agenda, até para se discutir *in loco*, indo a Campo Grande, Senador Moka, a Cuiabá e a Goiânia e, consequentemente, aprimorando, qualificando esse texto. Temos um prazo razoável para fazer um debate competente com relação ao Fundo do Centro-Oeste. Acho que a iniciativa é muito pertinente.

Adianto ao Presidente Pedro Chaves que nós já estamos interagindo com a Consultoria Jurídica do Senado e também com o Ministério da Fazenda, para aprimorar e aperfeiçoar o texto, procurando apresentar, depois da audiência pública e das diligências, uma proposta que efetivamente possa ser aprovada pelos Senadores e pelas Senadoras, porque esse instrumento é de vital importância para o desenvolvimento da nossa Região.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Rapidamente, pedindo permissão à Deputada Marina Santanna no sentido de que, pelo menos no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, como também no Distrito Federal, sejam ouvidas as entidades como as federações de agricultura, da indústria e do comércio.

Esse Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste é para alavancar, trazer o fomento por estímulo, e, tirando o Mato Grosso, que ainda tem estímulos por ser da chamada Amazônia Legal, Mato Grosso do Sul, Goiás e o próprio Distrito Federal não têm nenhum tipo de estímulo para investimento.

Então, acho que seria fundamental que pudesse se incluir na lista essas entidades, para que possamos ouvi-las. Se for *in loco*, sugiro o Presidente da Famasul e da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul, no caso, o Sr. Eduardo Riedel e Sérgio Longen. No Mato Grosso e em Goiás do mesmo jeito, mas, se for aqui, os Presidentes da CNI, da CNA e do Fecomércio, porque acho que isso ajudaria no texto.

Esse texto, Senador Delcídio, nós vamos ter de discutir, mas eu vou me adiantar. Eu tenho



me debruçado sobre ele junto com a Senadora Lúcia Vânia, e ele traz algumas dificuldades. Na Comissão do Orçamento, de que eu era Presidente, a Senadora Lúcia Vânia se posicionava, lembro-me, aguerrida como sempre, no sentido de que não adiantava criar a Sudeco se não houvesse, junto com a Sudeco, um fundo de desenvolvimento.

Os recursos estão aí, a parte orçamentária está garantida, mas há outras coisas. Se não prestarmos a atenção, o Congresso vai ficar de fora; o Conselho Deliberativo, chamado Condel, também terá suas atribuições muito diminuídas. Eu acho que os fundos constitucionais sempre funcionaram, a meu juízo, com a participação dos conselhos deliberativos. Então, temos de discutir isso.

Tenho certeza de que o fato de ter abdicado da 1ª Vice-Presidência é porque Mato Grosso do Sul está muito bem representado na figura do Senador Delcídio do Amaral. Além disso, seria injusto para com a Senadora Lúcia Vânia, que trabalhou tanto por isso, que ela não fizesse parte da Mesa Diretora para que nós possamos aprovar esta Medida Provisória.

São essas as minhas considerações iniciais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Delcídio as considerações que fez em relação à minha pessoa. Quero dizer que grande parte das suas palavras, Senador, é fruto da sua generosidade. Eu procuro desempenhar bem as minhas funções, mas sei que tenho as minhas limitações.

De qualquer forma, Sr. Relator, eu gostaria que V. Ex^a tomasse conhecimento de alguns pontos que eu considero mortais para o nosso Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Eu gostaria de fazer uma pequena explicação de como foi formatada a Sudeco e como está esta Medida Provisória.

A Sudeco veio para responder o momento do desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Então, ela não tem nada da Sudeco anterior. Quando o Executivo mandou para cá o projeto de lei, ele tinha uma formatação semelhante ao da Sudam e da Sudene. Como a nossa realidade é muito diferente, partimos para a formatação de um projeto, com o apoio dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Integração Nacional.

Por fim, resolvemos o formato desse projeto da seguinte forma: a Sudeco tem uma espinha dorsal. A primeira coisa é um conselho constituído pelo Ministro da Integração Nacional e da Fazenda, pelos governadores da Região, um representante dos empresários e um dos trabalhadores. O segundo ponto dessa espinha é a criação do Plano de Desenvolvimento Regional. Nós entendímos ser muito importante que, baseado na Política de Integração Nacional, houvesse um plano voltado inteiramente para Região Centro-Oeste. O terceiro ponto foi a criação de uma coisa inteiramente nova, que é o FDCO, um fundo destinado à infraestrutura na Região Centro-Oeste.

Como já temos o FCO, que é voltado para a produção, o FDCO é voltado para a infraestrutura da região. E é com satisfação que nós vimos este ano o FDCO aparecer no Orçamento com quase R\$1,5 bilhão de recursos.

Quais as nossas observações?

Primeiro, que o Conselho Deliberativo da Sudeco foi inteiramente esvaziado por esta Medida Provisória, porque toda a ação, toda a aprovação de projetos tem de ter a anuência do Ministro do Desenvolvimento, ou seja, do Executivo.

Outra coisa que perturba muito é que esse recurso é colocado para ser operado pelo Banco do Brasil e pela Caixa. Então, nós estamos colocando mais um ativo no Banco do Brasil. Esse recurso é mais um ativo para o Banco do Brasil e muito pouco voltado para o fomento da Região Centro-Oeste.

E o terceiro ponto que considero muito grave é que os projetos terão aprovação baseada na Política de Integração Nacional. Nós sabemos da complexidade das diversas regiões. Sabemos também que a Região Centro-Oeste é muito diferente das Regiões Nordeste e Norte. Então, temos de ter aprovação de projetos voltados para o Plano de Desenvolvimento Regional, que, por sua vez, é elaborado dentro das diretrizes da política nacional. Nós não podemos fazer o inverso: aprovar o projeto em cima de uma política de integração nacional. Acho que isso é muito grave.

Por fim, o Conselho Deliberativo, que acredito seria um fórum muito importante para debater os problemas da Região, foi inteiramente esvaziado. Posso citar o exemplo da Sudene. A Presidente



da República irá a uma reunião da Sudene para discutir os problemas do Nordeste exatamente dentro dessa visão de um conselho do qual participam os Governos Federal, estadual etc. O nosso ficou todo reportado ao Executivo. Então, na verdade, a Sudeco, que veio para descentralizar os recursos, passou a ser inteiramente centralizada na mão do Executivo. Penso que isso vai dificultar enormemente o nosso trabalho.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, permita-me?

Nessa questão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, por exemplo, quando da Sudeco – eu mesmo fui autor de uma emenda –, as cooperativas de crédito possam operar esse tipo de recurso. Isso é importante, é fundamental para a agricultura familiar, porque não tem agência do Banco do Brasil nem da Caixa Econômica, mas tem o Sicredi ou outra cooperativa de crédito. Então, essas coisas facilitam a vida, apenas para exemplificar.

Mas eu estou absolutamente tranquilo porque sei da sensibilidade do nosso Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB – MT) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, Senadora Lúcia Vânia, o que eu quero deixar registrado aqui é que nós precisamos ampliar essa capilaridade do agente que vai apresentar esses recursos, que vai gerenciar esses recursos. Eu os vejo somente na mão do Banco do Brasil – ainda bem que a Caixa Econômica já está entrando –, mas nós precisamos ampliar para as cooperativas de crédito; temos, aqui em Brasília, o BRB e outros bancos importantes, como o MT Fomento em Mato Grosso, que podem dar uma contribuição muito importante.

Nós já vimos de algumas experiências com o Banco do Brasil. Eu tenho andado pelo Estado de Mato Grosso e ouço reclamações a respeito do FCO, que não sai. Parece que o Banco do Brasil senta em cima do dinheiro do FCO e faz o que quer, o que bem entende, na hora que quer, libera para quem eles acham que deve liberar. Então, nós precisamos chamar à responsabilidade e ampliar.

Quero aqui também colocar, aproveitando a presença de vários Parlamentares do Centro-Oeste, que nós precisamos criar o banco do Centro-Oeste. Temos, aqui, Parlamentares do Nordeste que sabem o quanto o Banco do Nordeste tem sido importante para o desenvolvimento daquela Região; o quanto o Basa tem sido importante para a Região Norte. Nós precisamos criar o banco do Centro-Oeste. O projeto de lei está em tramitação na Câmara dos Deputados, portanto, precisamos aproveitar e acelerar esse importante Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste agora para ampliarmos essa possibilidade, inclusive, se for o caso, até no relatório, Senador Delcídio, abrirmos o FCO, porque há condições de acrescentarmos para que outras entidades, outras instituições financeiras possam acessar esse recurso. Esse recurso é da sociedade, e não do Banco do Brasil. Mas o que estamos vendo é que o Banco do Brasil faz as suas escolhas de onde colocar esse dinheiro.

Sabemos que, apesar de ter R\$1,5 bilhão para Mato Grosso e mais de R\$5 bilhões para os três Estados e o Distrito Federal, esses recursos ainda são muito poucos e não atendem às demandas. Então, o Banco do Brasil faz o que quer, o que bem entende. E, nós, Parlamentares, temos visto o quanto se padece na mão do Banco do Brasil. E pior: a sociedade padece mais ainda.

Então, eu gostaria de deixar este registro nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Deputado Linhares.

O SR. JOSÉ LINHARES (PP – CE) – Os meus cumprimentos ao Presidente, aos nossos Senadores, ao Senador Delcídio, a quem conhecemos, à nossa Deputada Marina.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar e ressaltar a nobreza do gesto do nosso Moka. Nós conhecemos muito bem a Senadora, que já foi do nosso Partido e que já realizou muitas reuniões congregando e defendendo sempre e incondicionalmente o Centro-Oeste.

O nosso querido Deputado que acabou de falar tem razão. Nós que vivemos a nossa realidade, se nós não tivermos um banco que faça a socialização do capital, como o Banco do Nordeste o faz para os pequenos, para os menores, dificilmente o recurso atingirá às comunidades mais carentes.

Nós tivemos uma experiência muito grande com a Sudene, que se extinguiu na Região Nordeste com este estigma: tornou-se fundamentalmente manipulada por conta do art. 157, aquele artigo que dava isenção de tributos a quem usasse ou aplicasse os recursos dentro do Nordeste. Esta, então, foi a razão de



a Sudene ter sido extinta: porque foi manipulada por um grupo muito pequeno. Se nós olhássemos o que a Sudene fez, diríamos que o projeto original da Sudene, que era um projeto altamente de integração da economia de toda a Região, resumiu-se em um pequeno grupo que comandava a Sudene. Então, a presença de um banco que popularize e que socialize o capital é fundamental na criação desse fundo.

A nobre Senadora Lúcia Vânia disse que, realmente, ficou sem a presença dos poderes constituídos e decididos, porque quem decide são eles, sejamos objetivos, não é o conselho da Sudene quem decide. Sabemos que existe uma centralização muito grande de recursos neste País. Então, no momento em que esses recursos são centralizados, ocorre aquilo que chamamos de opção por determinados motivos que, às vezes, não são os legítimos motivos que dariam desenvolvimento à região. Então, homologo essa situação.

Também diria que essa audiência pública sugerida pela Deputada Marina, caso não seja possível fazê-la lá, é importante que se diga essas verdades aqui às pessoas que V. Ex^a indicou, porque é importante que elas tomem consciência desse novo passo, porque esta Medida Provisória, realmente, quando a lemos, ficamos com uma série de dúvidas a respeito dela.

Nós somos acostumados, sobretudo no Nordeste, a recebermos muitas promessas e poucos e efetivos compromissos das promessas realizadas. Os nossos santos, parece-me, são muito fracos, porque, no momento em que as promessas são feitas, elas nunca são pagas. Então, é importante ter presente, digamos, os agentes que, de certo modo, serão os responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP – BA) – Parabenizo a Mesa, a Presidência, o Relator, a Revisora, o nosso querido e eterno Presidente da CMO, Senador Moka, a Senadora Lúcia Vânia, o Deputado José Linhares. Parabenizo também a concessão, a atitude, a ação do Moka no sentido de indicar a Senadora, que, realmente, como todos nós sabemos – não vou aqui repetir o que já foi dito, mas considero relevante que possamos homenageá-la –, tanto luta pela Região Centro-Oeste.

Na mesma linha do Padre José Linhares, acho que é essencial a criação desse fundo no efetivo desenvolvimento, principalmente... (falha na gravação)... para o financiamento das ações para os pequenos produtores.

Algo que eu acho interessante, já que não é possível, o Senado não permite – eu estava pensando, inicialmente exatamente isso: de as comissões poderem fazer audiências públicas nos Estados pertencentes à Região Centro-Oeste –, então, poderíamos trazer essas pessoas interessadas e fazermos uma audiência pública com um número mais representativo de pessoas da Região, para que possamos, de viva voz, ouvir os vários segmentos envolvidos nesta MP e, em cima disso, fazermos um relatório que satisfaça aos interesses da Região.

Está de parabéns o Governo ao editar uma Medida Provisória tão importante como essa que vai, de certa forma, ajudar – e muito! – a Região Centro-Oeste.

Muito obrigado.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, apenas fazer um acréscimo para que o nosso Relator fique informado.

Fizemos um estudo, em uma Mesa, no Ministério do Planejamento, com a participação, primeiramente, do Dr. Appy, e depois, do Nelson Barbosa, em que o banco foi inteiramente formatado com o aval do Banco do Brasil, com o aval dos três Ministérios. No entanto, com a mudança de Governo a coisa esfriou.

Por que é importante o banco, para nós? Ele era constituído não como um banco de varejo, mas um banco de segundo piso, um banco de fomento só para administrar o recurso e repassá-lo aos operadores, que são os bancos que têm capilaridade nos Estados.

No entanto, qual a vantagem de se ter o banco? É porque no Banco do Brasil, hoje, existe um estoque do FCO de aproximadamente R\$15 bilhões. Então, esse dinheiro está no Banco do Brasil, mas poderia estar em uma agência de fomento do Centro-Oeste nos permitindo alavancar recursos de outras áreas, porque abrimos mão disso.

O banco foi criado pela Constituição nos moldes dos bancos existentes nas Regiões Norte e



o Nordeste, que administra e opera; agora, posteriormente, ele passou a administrar e repassar a operação para os bancos que têm capilaridades, tanto os bancos privados como os públicos.

Então, ao final, para não gerar despesas para o Governo, estudou-se a possibilidade de transformar o BRB em um banco do Centro-Oeste. Houve certa resistência do Governador do Distrito Federal, e isso ficou praticamente parado.

Mas é muito importante, Relator, que os Parlamentares saibam que o FCO já gerou um estoque de R\$15 bilhões, que pertencem à Região Centro-Oeste. Isso é uma alavancagem enorme, da qual estamos abrindo mão, já que o Banco do Brasil analisa os projetos e acaba optando, como disse aqui o Deputado Linhares, por aquele que tem melhor cadastro e não em investir nas regiões que mais necessitam.

Portanto, acredito que, V. Ex^a que vai ter contato com a área econômica, seria muito importante que ressuscitasse essa discussão em relação a esse estoque do FCO.

Veja que nós estamos colocando mais um ativo dentro do Banco do Brasil que pertence à nossa Região, e o Banco do Brasil é um banco nacional. É bem verdade que é um banco público, mas nós sabemos o quanto precisamos de recursos para a infraestrutura. É preciso que nós tenhamos um organismo que olhe para a nossa região dentro dessa visão. Nós não precisaríamos estar de pires na mão no Governo, pedindo pequenas emendas para resolver os nossos problemas se nós tivéssemos um organismo ou um instrumento financeiro que pudesse alavancar recursos para a Região, porque a Região responde, é uma Região que não precisa de muita coisa para se desenvolver. Ela precisa de crédito, e crédito nós temos, mas abrimos mão dele.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Vamos colocar em votação o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Vamos votar o requerimento proposto pela Deputada Marina Santanna.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que o aprovam...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu indago se a Deputada aceitou a minha sugestão da presença ou das federações ou da...

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Sim. Na preparação dessas diligências, nós automaticamente colocaremos... Já, inclusive, fez parte da primeira conversa. Nós não colocamos a lista completa do que achamos que poderia ser, como V. Ex^a acabou citando aqui, porque sempre há mais entidades e depende um pouco das especificidades de cada Estado. Mas automaticamente já...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – É por isso que eu estou defendendo federações, porque é mais amplo.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Exato. Comércio, indústria e agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – E órgãos públicos também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Vou sugerir que montemos um calendário, talvez não hoje, mas na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Vamos montar hoje esse calendário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Que fosse feito um calendário para que pudéssemos nos organizar no sentido...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Vamos aprovar o requerimento antes do início da Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então eu gostaria, inclusive, Senador Moka, a agenda do nosso Relator, dos Senadores e Deputados sempre é muito corrida, de aproveitar que nós estamos aqui e já definir esse calendário, porque a presença do Relator é fundamental para a realização da diligência.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Talvez ele pudesse, numa outra reunião, trazer um calendário.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (PT – MS) – Eu acho que o importante, Presidente, é aprovar o mérito do requerimento apresentado pela Deputada Marina Santanna. Agora, simplesmente eu



apresento... Acho que essa estratégia sugerida pelo Senador Moka, de colocar cooperativas de crédito, colocar as federações da agricultura nos Estados, que são muito fortes no Centro-Oeste, e a federação das indústrias, acho que nós temos aí uma... E, claro, evidente, a classe política vai participar também dessas agendas. Então, acho que isso é muito mais uma coisa de regulamentação, de dar seguimento ao que nós estamos aprovando aqui do que necessariamente discutir quem será convidado ou não. Eu apresentarei isso, como Relator, na próxima reunião.

Só queria fazer um registro, Senadora Lúcia Vânia. Já comecei a conversar com o Secretário Executivo Nelson Barbosa, com quem estive ontem. Nós temos uma agenda de trabalho esta semana ainda para começar a discutir a Medida Provisória 281 com as ponderações muito pertinentes, porque eu conheço bem o pensamento de V. Ex^a, com as observações que V. Ex^a acabou de relatar aqui, bastante procedentes. Portanto, o Ministério da Fazenda já sabe que esta Comissão Mista vai defender mudanças no texto da Medida Provisória.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Antes de o Nelson Barbosa atuar, havia outro Nelson na Fazenda, no governo Lula. Era o Nelson... Era o Secretário Executivo da Fazenda.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (PT – MS) – Ah, não. Era da Receita Federal e depois foi para... Foi da Receita Federal. Nelson Machado.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nelson Machado. Ele que formatou, ele que deu o aval ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Bem, aprovado o requerimento da Deputada Marina Santanna, nós vamos encerrar aqui a nossa reunião. Antes, porém, sugerimos ao nosso Relator que elabore o calendário para as diligências nas capitais, sugerindo, obviamente, as datas de sexta-feira e segunda. Em Goiânia, Senador, pode ser numa terça pela manhã, porque normalmente as atividades aqui acontecem à tarde.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (PT – MS) – O problema, Presidente, é que terça há a Comissão de Assuntos Econômicos, que funciona às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Então, sempre na sexta e segunda.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (PT – MS) – O ideal seria fazer às sextas-feiras e às segundas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu acho que o Relator teria que apresentar – porque ele tem, é natural que tenha, dificuldades –, não é preciso ser hoje, Presidente, podemos marcar para o início da semana que vem, aprovando, no calendário, essas diligências que a Deputada está sugerindo. E vamos nos organizar nos nossos Estados para trazer subsídios para o Relator. Ficaria melhor assim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – A agenda não há necessidade de ser aprovada pelo Plenário. O Senador Delcídio, como Relator, vai apresentar o seu calendário e nós vamos informar a todos os Parlamentares que fazem parte da Comissão.

Está presente aqui o Dr. Marcelo Dourado, Superintendente da Sudeco. Gostaria de ouvi-lo também, como Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Se torce para o Botafogo... (*Risos.*)

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Não preocupe, não, Presidente. Ele é cidadão goiano agora.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – É cidadão goiano? Então, eu gostaria de, antes de encerrar a nossa reunião, ouvir o Superintendente da Sudeco, Dr. Marcelo Dourado, que, obviamente, tem sugestões, informações para acrescentar ao nosso trabalho.

Com a palavra, o Dr. Marcelo Dourado.

O SR. MARCELO DOURADO – Obrigado, Sr. Presidente Pedro Chaves.

Primeiramente, eu queria agradecer a oportunidade. E serei muito breve ao falar em relação à Medida Provisória 581.

Eu me sinto perfeitamente em casa no Parlamento, eu que sou filho do Parlamento. Há muitos anos, estava aqui no Parlamento, quando fui convidado pelo Ministro para assumir a Secretaria do Centro-Oeste, agora Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Eu acho que nós temos uma oportunidade histórica de finalmente consolidar, Senador



Delcídio do Amaral, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que foi criada há praticamente 1 ano e meio, recriada, reinstalada e ainda nasceu com uma série de dificuldades do ponto de vista de recursos humanos, de orçamento, de infraestrutura enfim.

E agora, nós que não tínhamos o FDCO, que foi criado pela Lei Complementar 129, finalmente teremos, com um aporte de recursos da ordem de R\$1,436 bilhão que está no PNOA de 2013. Com a regulamentação do FDCO, nós finalmente teremos, então, a munição desse canhão, que não tinha munição e isso por iniciativa do Governo Federal. E finalmente nós poderemos começar a fazer, talvez, a terceira revolução no Centro-Oeste, que é de infraestrutura e logística, é disso que nós precisamos, e é a prioridade absoluta da Sudeco, principalmente no que se refere à infraestrutura ferroviária, que é tão importante para o escoamento da produção de grãos da Região Centro-Oeste.

Coloco-me à disposição do Presidente, Deputado Pedro Chaves; do Vice-Presidente da Comissão, Senador Moka; do nosso Relator, Senador Delcídio; da Senadora Lúcia Vânia...

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Que agora é Vice.

O SR. MARCELO DOURADO – Agora é Vice-Presidente. Desculpe a falha técnica.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (PT – MS) – O Moka a indicou.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Por uma questão de mérito.

O SR. MARCELO DOURADO – E a Senadora Lúcia Vânia, além da questão de gênero, efetivamente é a mãe da Sudeco por tudo o que fez, porque lutou esses anos todos. Com a extinção da Sudeco em 1990, ela tem lutado de forma incansável pela reinstalação da Sudeco e é um dos pilares do renascimento do órgão. Eu brinquei com ela, quando saiu o decreto da Sudeco e a efetiva instalação, dizendo que o órgão tinha nascido na UTI, mas iria vencer todas as dificuldades. Estamos vencendo, a consolidação está aí e temos uma oportunidade maravilhosa com a Medida Provisória 581.

Eu me coloco à disposição dos Parlamentares e desta Comissão para ajudar no que for necessário para essa consolidação. Não é a consolidação do Superintendente. É o que eu falo para todo mundo: todos nós gestores públicos somos como remédios; temos prazo de validade. Devemos fundamentar a consolidação da Superintendência para a Região Centro-Oeste. Nós passamos, mas as instituições ficam. E esse desenvolvimento regional, que é fundamental, continua.

Para terminar, já falei demais, os senhores sabem que o relatório do Banco Central, que saiu agora, mostra que, de maio a maio, de maio do ano passado a maio deste ano, o Centro-Oeste cresceu 5,7%, mais do que o dobro da média do PIB nacional. Então, o crescimento é próximo aos níveis da China. Então, nós temos aí o FDCO. E com o FDCO ninguém vai segurar o Centro-Oeste.

Vamos lutar pela consolidação dos Estados Unidos do Centro-Oeste.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PMDB – GO) – Encerrada a Ordem do Dia, vamos encerrar os trabalhos.

Posteriormente, avisaremos os Parlamentares da pauta da nova reunião.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 15 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.)